

CLIMA POLÍTICO DA SEMANA - 8 a 12/04

O presidente Lula pode definir o futuro de Jean Paul Prates na Petrobras. Frentes parlamentares da Câmara concluem discussão sobre a Reforma Tributária. O governo discute o projeto da LDO, a ser enviado ao Congresso dia 15, assim como a regulamentação da Reforma Tributária.

Por esta **agenda política e institucional** — que oferece ou permite olhar/análise dos principais acontecimentos políticos da semana em curso, além da agenda relevante dos Poderes —, pode-se antecipar movimentações e acompanhá-las, em particular no Congresso Nacional — Câmara e Senado. E, se for o caso, intervir no processo, conforme as conveniências e demandas. **Trata-se, pois, de agenda restrita, portanto recomenda-se não a passar para frente ou publicá-la, de modo a dar-lhe publicidade.** A leitura atenta deste material, por si, permite ao leitor situar-se politicamente em relação aos fatos mais relevantes dos 3 Poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — durante a semana.

Na análise de conjuntura desta semana do mundo político, econômico e social, os eixos ou destaques centrais são: **1)** corrida contra o tempo; **2)** apoio ao governo; **3)** impasse das MP; **4)** movimentação de Lula no RJ; **5)** corte na carne; e **6)** responsabilidade da meta fiscal.

Marcos Verlaine*

DESONERAÇÃO DA FOLHA

Terça-feira (9), está prevista a instalação da comissão mista destinada à analisar a medida provisória que trata da desoneração da folha de pagamentos (MP 1.202/23). A MP também extingue o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Prorrogou, parcialmente, a vigência da medida provisória por mais 60 dias, mas rejeitou o dispositivo que previa a reoneração da folha para pequenos municípios.

Esse ponto teria impacto fiscal estimado em R\$ 10 bilhões por ano e por isso gerou reações do Ministério da Fazenda.

Por pressão do Congresso, mesmo já existindo MP, que aborda esses pontos, o governo enviou projetos de lei sobre o tema. O projeto de lei que trata da desoneração da folha de pagamento para as empresas, cuja relatora é a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), passa a trancar a pauta da Câmara a partir do próximo domingo (14). O líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), apresentou sugestão de projeto de lei para o Perse.

TENDÊNCIA: AVANÇO DO TEMA NA CÂMARA AO LONGO DE ABRIL

LDO E REFORMA TRIBUTÁRIA

Nesta semana, a Junta de Execução Orçamentária se reúne para definir os termos do projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que vai ser enviado na próxima segunda-feira (15). A Junta é formada pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento, Casa Civil e Gestão.

A questão crucial é em relação à meta fiscal a ser proposta para 2025. De acordo com a Constituição, para que o Congresso entre em recesso (18 de julho), é preciso votar a LDO. O projeto será analisado pela CMO (Comissão Mista de Orçamento), seguindo depois para a análise do plenário no Congresso.

O governo também corre para finalizar a regulamentação da Reforma Tributária.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que pretende enviar os textos na próxima segunda-feira. Os textos serão enviados por meio de PLP (projeto de lei complementar), que exige maioria absoluta das 2 Casas legislativas para ser aprovado - 257 votos na Câmara e 41 no Senado.

TENDÊNCIA: ENVIO AO CONGRESSO NA PRÓXIMA SEMANA

AVALIAÇÃO SEMANAL DO GOVERNO

GERENCIAL - Divergências internas entre a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, pode deixar o posto. Aumenta na empresa a preocupação com o intervencionismo.

FISCAL - Contas do setor público consolidado (Governo Central, estados, municípios e estatais, com exceção da Petrobras e Eletrobras) acumularam superávit primário de R\$ 53,455 bilhões no primeiro bimestre, o equivalente a 3,01% do PIB, segundo o Banco Central. Mas, em fevereiro, houve déficit primário de R\$ 48,692 bilhões, o pior resultado para o mês da série histórica.

POLÍTICA - Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), revogou a reoneração da folha de pagamento para pequenos municípios, com impacto fiscal previsto de R\$ 10 bilhões.

ECONÔMICA - Produção industrial caiu 0,30% em fevereiro ante janeiro, segundo o IBGE. Em relação a fevereiro de 2023, a produção subiu 5,00%. No acumulado do ano, a indústria teve alta de 4,30%.

SOCIAL - Ministério da Saúde ressaltou que o Brasil vive momento de declínio da epidemia de dengue. Em 7 estados e no Distrito Federal, o pico já foi atingido e a curva da doença é agora decrescente. Outras 12 unidades da federação estão em estabilidade. Mas 7 estados, especialmente do Nordeste, têm tendência de aumento de casos e óbitos.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Corrida contra o tempo no Congresso

Encerrada a janela partidária, o Legislativo terá agora “sprint final” antes de os parlamentares mergulharem, definitivamente, nas eleições municipais. Até o recesso parlamentar, na segunda quinzena de julho, o Congresso terá 3 meses para avançar na agenda pendente. Depois, todas as atenções estarão direcionadas para o pleito de outubro.

Na Câmara, a PEC que amplia a imunidade tributária para as igrejas pode ir a voto. O projeto que trata do combate ao devedor contumaz (PL 15/24) também deve voltar ao debate. A urgência à matéria foi retirada pelo governo para se buscar acordo. A proposta é uma das prioridades do Ministério da Fazenda. Ainda nos próximos dias, o PL 493/24, que trata da desoneração da folha, passa a trancar a pauta da Casa. Na mesma esteira de discussão estão os projetos sobre a contribuição previdenciária dos

municípios (PL 1.027/24), o programa de auxílio ao setor de eventos – Perse (PL 1.025/24) e a MP 1.202, que ficou restrita à limitação da compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais.

Para completar a agenda de curto prazo, na próxima segunda-feira (15), o governo vai enviar a LDO 2025 e os projetos de regulamentação da Reforma Tributária. Com a chegada dos textos, a reforma voltará à agenda. Até então, o tema esteve restrito às discussões em grupos de trabalho coordenados por uma coalizão de frentes parlamentares.

No Senado, há fila de temas complexos. Projetos já aprovados pela Câmara aguardam a deliberação dos senadores, como o que trata da depreciação acelerada de máquinas e equipamentos (PL 2/24) e o que atualiza a Lei de Falências (PL 3/24). A pauta ecológica ainda não avançou. Estão pendentes de análise: mercado de carbono (PL 182/24); combustível do futuro (PL 528/20); Programa de Transição Energética (PL 327/21); eólicas offshore (PL 5.932/23); e hidrogênio verde (PL 2.308/23).

Por fim, os senadores ainda devem examinar as PEC relativas à participação dos militares na política, à caracterização de consumo e tráfico de drogas, à autonomia financeira do Banco Central e às propostas de reforma política que acabam com a reeleição e unificam as eleições.

Apoio ao governo na Câmara

De acordo com levantamento da consultoria política empresarial *Arko Advice*, o apoio registrado ao governo na Câmara em março foi de 61,75%. Nesse período, foram analisadas 28 votações nominais e abertas. O governo foi derrotado em apenas 1, na votação de destaque do PSol sobre a análise de proposta que instituiu o Paten (Programa de Aceleração da Transição Energética).

O resultado foi positivo. Mas vale ressaltar que a pauta incluiu propostas relativamente consensuais.

Outras votações relevantes que aconteceram no período foram a depreciação acelerada, a correção da tabela do imposto de renda de pessoas físicas e o combustível do futuro.

Apoio ao governo na Câmara dos Deputados (%) - março de 2024

PARTIDO	BANCADA	A FAVOR	CONTRA	AUSENTES	ABSTENÇÃO/OBSTRUÇÃO/ ART. 17
Rede	1	92,85	3,57	3,57	0
PCdoB	7	90,81	0,51	8,67	0
PDT	18	81,54	5,75	12,69	0
PSB	14	80,35	1,78	17,85	0
PV	6	79,16	1,78	19,04	0

PT	68	78,72	0,94	20,32	0
Podemos	15	75,70	8,01	16,27	0
Republicanos	42	69,34	15,45	15,10	0,08
Avante	7	68,87	3,57	27,55	0
PSol	13	68,68	10,98	20,05	0,27
PSD	44	67,80	8,31	23,79	0,08
Solidariedade	5	67,26	7,14	25,59	0
PP	50	65,14	9,57	23,35	1,92
PSDB	13	64,77	14,09	20,86	0,27
MDB	44	61,03	12,82	25,81	0,32
Cidadania	4	57,14	14,28	28,57	0
União Brasil	58	57,05	15,80	27,01	0,12
PRD	4	48,21	28,57	23,21	0
Novo	3	36,90	57,14	5,95	0
PL	95	32,37	46,37	20,58	0,66
S.Part.	1	0,00	0,00	100,00	0
Total	512	61,75	16,55	21,30	0,38

As 5 legendas que apresentaram maior índice de apoio ao Palácio do Planalto foram: Rede (92,85%); PCdoB (90,81%); PDT (81,54%); PSB (80,35%); e PV (78,72%). O PT registou índice de 78,72%. A adesão do PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), foi de 65,14%.

Impasse das MP afeta pauta do governo

Neste terceiro mandato do governo Lula, o governo federal já enviou 57 medidas provisórias ao Congresso. Apenas dez foram votadas pelos parlamentares e convertidas em lei. A dificuldade parte da Câmara, que busca se fortalecer. A mudança de comportamento teve início durante a pandemia de covid-19, quando o rito de tramitação das MP foi abreviado e essas passaram a ser analisadas diretamente nos plenários da Câmara e do Senado.

A manobra robusteceu a figura do presidente da Câmara, que passou a ter maior controle da agenda e do conteúdo dos textos, por meio dos relatores. Mas após o fim da pandemia, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resiste ao retorno ao rito constitucional, em que as MP passam por comissão mista, com a participação de senadores e rodízio das relatorias entre as Casas.

O resultado é que o governo tem sido obrigado a recuar e reenviar as propostas por meio de projeto de lei. O recuo já ocorreu em, ao menos, 6 temas: **1)** com o envio dos projetos do Carf; **2)** das apostas on-line; **3)** da tributação de offshores; e, mais recentemente, **4)** com a reoneração da folha; **5)** o fim do Perse; e o **6)** Programa de Mobilidade Verde.

Só foram para a frente as MP que tratavam de questões institucionais do Poder Executivo e de questões sociais – como o salário mínimo, o Mais Médicos e o Minha Casa, Minha Vida. O ponto fora da curva foi a MP 1.185, sobre a regulamentação das subvenções econômicas, aprovada após acordo amplo, que aumentou o desconto oferecido às empresas.

Na prática, a rejeição da Câmara às MP limita a possibilidade de o Executivo editar regras com efeito imediato. Até que o impasse seja resolvido, se o governo insistir em enviar MP, precisará confirmar a proposta por meio de PL, ou reforçar a atuação da articulação política.

Algumas situações de maior ruído podem aparecer, como o caso do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). MP do governo definiu o fim do benefício a partir de abril, mas projetos que tramitam na Câmara podem alterar as regras, preservando o programa com novos critérios e transições mais suaves. O excesso de dispositivos legais sobre o mesmo tema gera insegurança jurídica, expõe a fragilidade política do governo e deve levar à judicialização.

A movimentação de Lula no Rio de Janeiro

Durante passagem pelo Rio de Janeiro, na semana passada, o presidente Lula (PT) participou da inauguração de unidade do Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). Lula também esteve presente no início das obras de drenagem da Baía de Guanabara para o Porto de Niterói.

Além do anúncio das obras do governo federal, o presidente realizou uma série de movimentações políticas de olho nas eleições de 2024 e 2026. Tais movimentações não ocorrem por acaso, afinal de contas o Rio de Janeiro, além de ser o terceiro maior colégio eleitoral do país, é o reduto político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

No Rio, Lula participou do ato de filiação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ao PT. A filiação de Anielle possui a simbologia do legado da vereadora assassinada Marielle Franco (PSol), de quem Anielle é irmã.

Anielle Franco também desponta como o nome que o PT deseja indicar para vice na chapa do prefeito do Rio e pré-candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD). No entanto, o mais provável é que Paes aposte no deputado federal Pedro Paulo (PSD) como vice.

A vice de Paes está sendo bastante cobiçada, pois, caso o prefeito se reeleja, ele desponta como provável pré-candidato a governador nas eleições de 2026. Apesar das resistências que a escolha de nome ligado ao PT enfrenta, Lula será cabo eleitoral de Eduardo Paes. O presidente trabalha para acumular forças e impor derrota ao deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que representará o bolsonarismo no pleito.

Lula trabalha no Rio em favor da construção de aliança para fazer frente ao bolsonarismo no reduto eleitoral de Bolsonaro. Essa construção não passa somente pela capital. Em Niterói, por exemplo, Lula deve apoiar Rodrigo Neves (PDT), que também terá o apoio do PSD.

Mesmo que tradicionalmente São Paulo concentre as atenções do mercado político, o Rio é visto pelo Palácio do Planalto como palco importante do embate com o bolsonarismo nas eleições de 2024 e 2026. Não por acaso durante a passagem pelo Rio, Lula declarou que assumiu País desmontado em janeiro de 2023, apostando na narrativa de polarização com o bolsonarismo.

Corte na carne

A tentativa de o governo alcançar a meta de déficit zero e o equilíbrio fiscal esbarra num problema antigo que as gestões petistas têm grande dificuldade em enfrentar: o corte de gastos. A receita para adequar as contas públicas a partir, somente, do aumento de arrecadação tem se mostrado insuficiente para que a economia volte a crescer na velocidade desejada.

Seja entre a sociedade ou o mercado financeiro, a avaliação é de que é preciso rever o tamanho do dispêndio público. A Reforma Administrativa seria grande e importante passo para isso.

A preocupação sobre o tema tem sido levantada por diversos segmentos da economia. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi cobrado, recentemente, por empresários do Sul do País sobre a necessidade de se retomar a discussão de uma reforma que sinalize para os diversos setores que o ônus da responsabilidade fiscal não recairá somente sobre o setor privado, mas que o público também dará sua contribuição. A poucos meses de deixar a cadeira de presidente, Lira tem tentado fazer com que, ao menos, o tema volte à ordem do dia. Mas não será fácil.

Primeiramente, a Reforma Administrativa exigiria de a Administração Pública cortar, na própria carne, estabilidade e benefícios que, cá entre nós, poucos estão dispostos a fazer. Somada a isso, uma mudança na legislação atingiria setores que, reunidos, formam a base eleitoral do presidente Lula. Para piorar, o atual texto, já aprovado em comissão especial, é de autoria do governo Bolsonaro, o que aumenta a resistência da gestão atual.

Para além disso, a equipe comandada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, rejeita mudanças promovidas na matéria que beneficiariam o setor de segurança, o que, na prática, vai contra a lógica de otimizar os gastos. Saída defendida pelos petistas seria regulamentar a matéria por meio de outros mecanismos que não PEC (proposta de emenda à Constituição). O fato é que falta consenso a respeito do tema, seja pelo mérito ou pelo dispositivo que será utilizado. Viabilizar mais 1 batalha dessa magnitude seria o melhor dos mundos para o setor privado, mas, principalmente, para o fiador da proposta.

A responsabilidade da meta fiscal

Na última semana, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD), manteve a desoneração da folha para municípios, contrariando a vontade da Fazenda. Entretanto, nem o projeto aprovado pelo Congresso nem a medida provisória editada pelo governo preveem alguma compensação para a despesa criada com o alívio tributário para empresas e municípios. Agora, ambos os Poderes empurram a eventual culpa, em caso de descumprimento da meta fiscal de déficit zero.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP) alegou que a responsabilidade sobre o cumprimento da meta fiscal é do Parlamento. Segundo o líder, a soma dos recursos previstos no Orçamento com a desoneração da folha, a desoneração dos municípios e o Perse chega a R\$ 100 bilhões.

O senador ecoa o discurso feito pela Fazenda, por exemplo. O ministro da pasta, Fernando Haddad (PT), defendeu a necessidade de que todos os Poderes se empenhem para o cumprimento da meta fiscal estabelecida para 2024. Haddad disse ainda que o corte no texto da medida provisória não foi acordado entre ele e Pacheco e que foi comunicado da mudança pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT).

Entretanto, Pacheco justifica o fim da reoneração da folha de pagamento de municípios dizendo que visou preservar os entes federativos e combater uma insegurança jurídica gerada pelo “uso indevido” do instrumento da medida provisória. Os desentendimentos entre os representantes de cada Poder afastam ainda mais a solução do cerne da questão: compensar as despesas criadas e cumprir a meta fiscal.

O Legislativo pressiona para que o Executivo tome medidas de corte de gastos, além de focar apenas no aumento da arrecadação. O governo resiste a esse caminho e prefere compartilhar a responsabilidade de aumento de receitas com o Congresso. A expectativa é que ambos conversem sobre como cobrir as despesas criadas, enquanto torcem por uma grata surpresa na arrecadação federal nos próximos meses.

AGENDA POLÍTICA DA SEMANA

NESTA SEMANA

- Presidente Lula pode definir a situação de Jean Paul Prates na Petrobras.
- Presidente Lula (PT) pode assinar medida provisória para o setor de transmissão de energia elétrica.

- Prevista reunião da Junta de Execução Orçamentária, formada pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para discutir o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), a ser enviado ao Congresso, na próxima segunda-feira (15).
- Frentes parlamentares concluem os trabalhos dos 19 grupos de trabalho sobre a Reforma Tributária com a apresentação de vários projetos de lei sobre o tema.

SEGUNDA-FEIRA (8)

- Presidente Lula concede entrevista sobre saúde.
- Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa de abertura de evento, às 9h, promovido pelo Valor sobre os rumos do Brasil em 2024.
- Vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, participam, às 13h30, no auditório do Mdic, do lançamento de plataforma que disponibiliza informações sobre depósito de pedidos de patentes de medicamentos no Brasil.
- TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná retoma o julgamento do processo que pode resultar na cassação do mandato do senador Sergio Moro (União Brasil-PR).
- CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulga indicadores industriais.

TERÇA-FEIRA (9)

- Presidente Lula lança o Programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia.
- CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado pode votar projeto de lei que trata do reajuste da tabela do imposto de renda de pessoas físicas.
- Prevista a instalação da Comissão Mista destinada a analisar a MP 1.202/23, que trata da desoneração da folha de pagamento.
- Diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deve julgar o recurso administrativo apresentado pela Enel Distribuição São Paulo contra a multa de R\$ 165,8 milhões aplicada pelo regulador por causa de falhas na atuação da empresa durante o apagão de novembro do ano passado.

QUARTA-FEIRA (10)

- Presidente Lula lança Minha Casa, Minha Vida Rural.

- Comissões de Indústria, Comércio e Serviços e de Turismo da Câmara ouvem, às 14 horas, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Turismo, Celso Sabino, sobre o Perse (Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos).
- CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado pode votar parecer do senador Carlos Portinho (PL-RJ) à PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que refinancia dívidas previdenciárias dos municípios.
- Comissão de Saúde da Câmara ouve a ministra da pasta, Nísia Trindade, às 9h30, sobre o balanço do ministério em 2023 e sobre as perspectivas para 2024.
- CCJ do Senado pode votar o projeto de lei que estabelece normas para os contratos de seguro privado (PLC 29/17).
- Receita Federal abre prazo de autorregularização para empresas, que utilizaram indevidamente as subvenções para investimento. O prazo termina no próximo dia 30.
- IBGE divulga o IPCA de março.
- CNI divulga o Icei (Índice de Confiança do Empresário Industrial).

QUINTA-FEIRA (11)

- Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, viaja para os Estados Unidos para participar, em Miami, de reunião com investidores institucionais, promovida pela Americas Society/Council of the Americas; em Nova Iorque, de reuniões com investidores institucionais da Seventh High-Level Roundtable of Governors and Financial Sector CEO da Fourth Roundtable of CCA Governors with New York-based Chief Economists and Strategists for Latin America, promovidas pelo Conselho Consultivo das Américas do Banco de Compensações Internacionais; e em Washington, D.C., das Spring Meetings, promovidas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial, das reuniões de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G20 e de reuniões e palestras com investidores institucionais. Ele retorna dia 21.
- Reunião do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda).
- Técnicos de universidades federais fazem greve por reajuste salarial.
- IBGE divulga o resultado do varejo em fevereiro.

SEXTA-FEIRA (12)

- Reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).
- STF julga, por meio do plenário virtual, recurso sobre perda de mandato parlamentar em caso de sentença transitada em julgado.

- IBGE divulga o resultado do setor de serviços em fevereiro.

(*) Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap.